

**TERMO DE FOMENTO Nº 10/2024****QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS E A ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL E AMBIENTAL DE PATOS DE MINAS - ASPAA**

O **MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob nº 18.602.011/0001-07, com sede a Rua Doutor José Olympio de Mello, 151, Bairro Eldorado nesta cidade de Patos de Minas - MG, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Luís Eduardo Falcão Ferreira, brasileiro, portador do CPF nº ***.351.***-**, Carteira de Identidade nº MG-**.269.*** SSP – MG, residente e domiciliado nesta cidade e a **ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL E AMBIENTAL DE PATOS DE MINAS - ASPAA**, inscrito no CNPJ sob o nº 07.406.845/0001-20, com sede na Fazenda Canavial, S/N – Zona Rural, CEP.: 38.700.970, Patos de Minas/MG, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, representada pela presidente Neicy Milila Barros de Moraes, nacionalidade brasileira, portadora do CPF nº ***.405.***-** e Carteira de Identidade M-*.396.*** SSP/MG, residente e domiciliada, nesta cidade, resolvem celebrar o presente **Termo de Fomento**, regendo-se pelo disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 8.473 de 24/07/2023 e suas alterações, Lei Orçamentária Anual nº 8.593 de 21/12/2023, Lei Municipal de Repasses Financeiros de Subvenções, Contribuições e Auxílios nº 8.594 de 21/12/2023, Decreto Municipal nº 4.366/2017 que dispõe sobre as regras e os procedimentos para celebração de parcerias entre a Administração Direta e Indireta do Município de Patos de Minas e as Organizações da Sociedade Civil, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; consoante ao processo digital nº **2249-24-PAT-GOV** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Subvenções Sociais) para cobrir despesas com o Projeto CAP – Castração de Animais em Patos de Minas, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;
- b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;
- e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) manter escrituração contábil regular;
- b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;
- c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;



d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de **R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais)**.

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de **R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais)**, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: 01.09.03.00.10.305.0009.2.0914, UG 01.09.03.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Gestão: FUNDO DE PROTEÇÃO ANIMAL, conforme discriminação abaixo:

Função: 10, Subfunção: 305, Programa: 0009, Despesa: 3.3.50.43.0000 – Subvenções Sociais, Fonte: 01.0500.0000.0117 Emendas Parlamentares Municipais (4.661)

O valor acima será repassado em 6 parcelas, sendo:

1ª parcela no valor de R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais),

2ª parcela no valor de R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais),

3ª parcela no valor de R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais),

4ª parcela no valor de R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais),

5ª parcela no valor de R\$33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais),

6ª parcela no valor de R\$34.000,00 (trinta e quatro mil reais).

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica na **Conta Corrente nº 4733-0, Agência nº 0142, – Caixa Econômica Federal**, sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.



4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública.

I- Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.5 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica, sujeita a identificação do beneficiário final e a obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

I - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

5.3 – Todas as despesas (notas fiscais, faturas) deverão ser emitidas no nome da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, discriminando as despesas conforme estabelecido na Cláusula Primeira, sem rasuras e constando comprovante de pagamento.

5.4 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da OSC para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;



III- realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até **31/12/2024**, conforme prazo previsto no anexo Plano de trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da OSC devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;



IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 - Fica designado a gestora da parceria: Juliane Luiz Xavier – matrícula nº 26.086, através da Portaria nº 4.730 de 15/06/2023.

7.4 – Fica designado a comissão de monitoramento e avaliação da parceria através da portaria nº 4.706 de 26/01/2023.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II - notas fiscais e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.



§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – O MUNICÍPIO considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.



§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.



8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Advocacia Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

III - poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

13.1 As partes declaram e concordam que toda e qualquer atividade de tratamento de dados deve atender às finalidades e limites previstos neste instrumento e estar em conformidade com a



legislação aplicável, principalmente, mas não se limitando à Lei 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados” ou “LGPD”).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência ou fax e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Patos de Minas - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - Estando plenamente de acordo, os envolvidos comprometem-se de forma integral e irrevogável a cumprir estritamente os termos deste instrumento. O presente documento foi lido e considerado conforme, sendo assinado pelos participantes para que possa surtir seus efeitos jurídicos e legais, tanto em Juízo quanto fora dele.

MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS

Luís Eduardo Falcão Ferreira
Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL E AMBIENTAL DE PATOS DE MINAS - ASPAA

Neicy Milila Barros de Moraes
Presidente



PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Razão Social ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ANIMAL E AMBIENTAL DE PATOS DE MINAS – ASPAA		CNPJ 07.406.845/0001-20	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) Fazenda Canavial, S/ nº - Escola Agrícola			
Bairro Zona Rural	Cidade Patos de Minas - MG	CEP 38700-970	
E-mail da Instituição ongaspaa@gmail.com	Site da instituição INSTAGRAM: Aspaa.org		
Telefone 1 (34) 999173635	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	
Número da conta corrente: 00004733-0	Agência: 0142	CAIXA ECONOMICA	Operação: 003

2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC

Nome NEICY MILILA BARROS DE MORAES		CPF: 831.405.656-15	
Nº RG M5396460	Órgão Expedidor SSP/MG	Cargo/Função PRESIDENTE	
Logradouro (Avenida, Rua, Rod.) RUA: JOÃO PACHECO FILHO, Nº 96			
Bairro Alto Caiçaras	Cidade Patos de Minas - MG	Período de Mandato 10/10/22 a 09/10/2024	
Telefone 1 (34) 999173635	Telefone 2 ()	Telefone 3 ()	

3. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE

Identificação do Projeto/Atividade PROJETO CAP – CASTRAÇÃO DE ANIMAIS EM PATOS DE MINAS	
Período de Execução Período de 07 meses a partir da data de assinatura do termo.	Nº de Beneficiários que serão atendidos Aproximadamente 1.680 animais (população canina e felina)
Abrangência Patos de Minas - MG.	Valor recurso do Município(R\$) R\$ 202.000,00 Valor Contrapartida da OSC(R\$) R\$ 5,08 Valor total(R\$) R\$ 202.005,08

A alta taxa reprodutiva de cães e gatos contribui para que haja um descontrole populacional destes animais no município. Tal fato ocorre tanto em residência, principalmente nas da parcela socialmente mais vulnerável, quanto em vias públicas e zona rural.

Dessa forma, utilizando o método de castração para o controle populacional de cães e gatos serão minimizadas as problemáticas oriundas desse desequilíbrio tais como: agressões, mordeduras e zoonoses provocados por animais errantes e semi domiciliados.

O projeto visa a diminuição dessas problemáticas, bem como promover o controle populacional de cães e gatos em situação de rua, proporcionando um maior bem-estar a esses animais e à população em geral.



Descrição do Projeto/Atividade

A ASPAA é uma ONG (Organização Não Governamental), sem fins lucrativos, e que nasceu de um grande sonho: melhorar a vida do maior número possível de animais que vivem nas ruas ou em lares que não recebem os cuidados necessários por falta de recursos dos tutores e dar tratamento adequado e uma vida digna.

Há dezenove anos luta diariamente para abrigar, tratar, castrar os animais abandonados em Patos de Minas, encontrando todo tipo de adversidade, seja no resgate ou no encontro de ninhada de cães e gatos abandonados. Atualmente, a ONG mantém dois abrigos, sendo um localizado na zona rural próximo ao aterro sanitário e o outro localizado também na zona rural onde são realizadas as castrações em parceria com o município.

O projeto CAP é fruto da parceria firmada com a Prefeitura Municipal de Patos de Minas, a qual cedeu o espaço do Canil Municipal situado na Escola Agrícola para acolhimento de animais em maus tratos e a implantação da sala cirúrgica com o objetivo de desenvolver castrações de cães e gatos encontrados em via públicas e de proprietários de baixa renda cadastrados no Cadastro Único ou declarantes de próprio punho de que sejam de baixa renda, portador de documento de identificação, comprovante de residência e ser maior de 18 anos.

São realizadas castrações de cães e gatos, machos e fêmeas de segunda a sexta-feira, atualmente em dois turnos, manhã e tarde.

As cadelas no cio em situação de rua terão atendimento preferencial.

No referido canil municipal há 10 baias, as quais serão exclusivas para abrigar animais no pós operatório e cadelas no cio.

A capacidade de castração será de 14 castrações diárias, sendo 07 animais em cada período.

A ASPAA contratará dois profissionais médicos veterinários para executar os procedimentos de castrações em dois períodos, manhã e tarde;

Possuí parcerias com o Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM e a fim de que os alunos do curso de medicina veterinária possam auxiliar nos procedimentos de castração (máximo dois alunos/dia).

Promove a seleção dos animais semanalmente a serem castrados, tendo em vista os critérios socioeconômicos e as áreas de endemias;

Os procedimentos de castração são feitos mediante a agendamento;

Serão preenchidas duas fichas (Termo de Responsabilidade para autorizar a castração e ficha clínica);

São repassadas orientações pré-operatórias para os proprietários/responsáveis;

Os animais de rua serão encaminhados através da ASPAA ONG para o local de castração e os animais domiciliados serão encaminhados pelos seus proprietários;

Os médicos veterinários avaliam clinicamente cada animal antes de se proceder a castração e promove orientações pós-operatório.

4. CAPACIDADE TÉCNICA

ASPAA ONG tem sede em Patos de Minas e conta com um corpo de voluntários que realizam o resgate, triagem, encaminhamento veterinário e guarda de animais que estejam no cio até que sejam castrados. Ela prima pelo bem estar dessas espécies, bem como a saúde pública de qualidade. O trabalho realizado a mais de 19 anos, tendo como objetivo o controle de natalidade de animais em situação de risco.

5. SÍNTESE DA PROPOSTA

5.1. Identificação do Objeto

OBJETO: Executar o controle populacional de cães e gatos no município de Patos de Minas por meio da castração.

Alimentação de animais albergados pelo período de 10 dias pós castração.



5.2. Resultados esperados

Reduzir a quantidade de animais abandonados em vias públicas

Realizar ações de caráter educativo, que promovam os cuidados com estes animais, sensibilizando a comunidade para que contribuam no controle futuro desta população; promover o bem-estar animal;

Controlar zoonoses;

Diminuir a ocorrência de acidentes envolvendo animais em situação de rua;

Identificar os animais castrados.

5.3. Metas

Castrar e microchipar mensalmente 280 animais, sendo no mínimo de 09 fêmeas e 05 machos por dia pelos médicos veterinários contratados pela ASPAA.

Pagamento de veterinários para prestar serviço de castração de 280 animais, mensalmente, sendo cães e gatos.

Compra de medicamentos, sendo eles, anestésicos, analgésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, vitamina K (anti-hemorrágica).

Compra de materiais, sendo eles, fio de sutura, lâmina de bisturi, seringas de 3ml para cães e seringa de 1ml para felinos, luvas, gaze, agulhas, avental, campo operatório.

Alimentação Animais albergados período pós castração

5.4. Público beneficiário

População Humana e animal de Patos de Minas

5.5. Forma de execução das atividades

- As castrações serão agendadas diretamente com a ASPAA. Haverá cuidadores em diversas áreas do município para auxiliarem nas marcações e encaminhamentos para as castrações.
- As cadelas que estiverem no cio terão atendimento preferencial independente da área de endemia em que estiver situada. Os animais de rua serão encaminhados através da ASPAA ONG para o local da castração e terão sempre um responsável para assinar o Termo de Responsabilidade e preencher a ficha clínica.
- Os proprietários dos animais domiciliados serão responsáveis em leva-los até o local da castração e terão que assinar o Termo de Responsabilidade para autorizar a castração e preencher uma ficha clínica.
- Nesse sentido serão necessários dois médicos veterinários para fazerem as castrações. E compra de medicamentos, sendo eles, anestésicos, analgésicos, antibióticos, anti-inflamatórios, vitamina K (anti-hemorrágica). Compra de materiais, sendo eles, fio de sutura, lâmina de bisturi, seringas de 3ml para cães e seringa de 1ml para felinos, luvas, gaze, agulhas, avental.
- Todos os animais serão microchipados e cadastrados no banco de dados.

5.6. Indicadores, formas de aferição dos cumprimentos das metas

Serão elaborados relatórios mensais compostos pelo número de castrações realizadas, bem como anexos comprobatórios dos procedimentos realizados (autorização proprietário/responsável pelo animal e anamnese do mesmo). Além disso, anualmente serão apresentadas as notas fiscais referentes às despesas de insumos e encargos sociais de pessoal e visita no local.

5.7. Equipe de profissionais que atuarão na execução da proposta

Função	Formação	Carga horária semanal



6. PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA FÍSICO – FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (RS)
Pessoal e Encargos Sociais	-
Material de Consumo	R\$ 101.805,08
Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica	R\$ 100.200,00
Aluguel/Locação	-
Materiais Permanentes e Obras	-
TOTAL	R\$ 202.005,08

6.1 Detalhamento das despesas

6.1.1 Pessoal e Encargos Sociais					
Item	Especificação/Função	Cargo	Qtde/mês	Valor mensal	Valor Total da despesa
					-
Subtotal					-

6.1.2 Material de Consumo						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /produto	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Fio de sutura de nylon c/ 24 n. 2.0	06	07	51,90	363,30	3.633,00
02	Fio de sutura de nylon c/ 24 n. 0	06	03	43,50	130,50	1.305,00
03	Campo operatório n. 45X50 pct 50 un	06	01	128,75	128,75	1.287,50
04	Seringa 1ml c/ agulha cx c/100	06	05	36,05	180,25	1.802,50
05	Rifamicina Spray 20 ml	06	60	17,39	1.043,40	10.434,00
06	Avental descartável unid	06	80	2,13	170,40	1.704,00
07	Luva estéril unid	06	400	3,04	1.216,00	12.160,00
08	Anestésico Tiletamina e Zolazepam 5ml	06	29	307,00	8.903,00	89.030,00
09	Agulhas 25X7 c/ 100	06	15	22,28	334,20	3.342,00
10	Lâmina de bisturi c/ 100 unid	06	03	32,08	96,24	962,40
11	Seringa 3ml	06	100	0,33	33,00	330,00
12	Gaze pct c/ 500 unid	06	05	34,50	172,50	1.725,00
14	Anestésico local Cloridrato de lidocaína 2% 50 ml	06	07	11,34	79,38	793,80
15	Vitamina K 20ml	06	07	17,03	119,21	1.192,10
16	Antibiótico Enrofloxacina 100ml	06	01	140,90	140,90	1.409,00
17	Sedativo Xilazina 2% 10 ml	06	06	18,50	111,00	1.110,00
18	Dipirona Injetável 50 ml	06	04	23,50	94,00	940,00
19	Antibiótico Enrofloxacina 2,5% 20 ml	06	02	17,90	35,80	358,00
20	Cloridrato de metadona 10mg/ml unid	06	75	8,9224	669,00	6.690,00
21	Fio sutura ácido poliglicólico n.1 c/ 36 unid	06	10	295,00	2.950,00	29.500,00
22	Ração saco 20kg	06	1	144,78	144,78	868,68
Subtotal						101.805,08

6.1.3 Prestação de Serviço Pessoa Física ou Jurídica						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /profissional	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
01	Médico Veterinário	06	1	7.500,00	7.500,00	45.000,00
02	Médico Veterinário	06	1	6.200,00	6.200,00	37.200,00
03	Auxiliar de Serviços Gerais	06	1	3.000,00	3.000,00	18.000,00
Subtotal						100.200,00



6.1.4 Aluguel/Locação					
Item	Especificação	Qtde/mês ou evento	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
	-	-	-	-	-
Subtotal					-

6.1.5 Equipamentos/materiais permanentes e obras						
Item	Especificação	Qtde/mês	Qtde /material	Valor Unitário	Valor mensal	Valor Total da despesa
Subtotal						

TOTAL GERAL	R\$202.005,08
--------------------	----------------------

7. PREVISÃO DE DESEMBOLSO DO MUNICÍPIO (R\$)

REPASSES					

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCIAL/TOTAL

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada na periodicidade definida pelo Plano de Trabalho da parceria, de forma condizente com o seu objeto e com o cronograma de desembolso de recursos, quando houver.

A Prestação de Contas Parcial deverá ser apresentada de acordo com as parcelas liberadas e a Prestação de Contas.

9. DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Na qualidade de representante legal da **Organização da Sociedade Civil - OSC**, declaro, para fins de prova junto ao **Município de Patos de Minas – MG**, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com órgão ou entidade da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal, que impeça a realização deste termo ou qualquer instrumento legal com o Município de Patos de Minas - MG, na forma deste plano de trabalho.

Pede e espera deferimento.

Em 1  Documento assinado digitalmente
NEICY MILILA BARROS DE MORAES
Data: 11/03/2024 19:06:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

 Documento assinado digitalmente
LUCIANA MARIA OLIVEIRA E SILVA
Data: 11/03/2024 18:39:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Representante Legal (Presidente) Assinatura do Tesoureiro da OSC

10. APROVAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

DECLARAMOS que foi analisado o conteúdo do PLANO DE TRABALHO, APROVAMOS e autorizamos a execução dos procedimentos operacionais detalhados no mesmo.

Patos de Minas (MG), de de 

Assinatura Administrador Publico - Secretário Ordenador da Despesa



Diário Oficial Eletrônico

PATOS DE MINAS



DOM.PATOSDEMINAS.MG.GOV.BR

ANO V – Nº 1081 – Edição Extraordinária 2

PATOS DE MINAS, QUARTA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2024

SUMÁRIO

Secretaria Municipal de Administração	01
Secretaria Municipal de Governo	01

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

Secretaria Municipal de Administração

Expediente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 10/2024 – PROCESSO Nº 100/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 9509-24 - Ratifico o parecer da Procuradoria-Geral do Município e a análise da Controladoria Geral do Município e reconhecimento, no presente caso, a Inexigibilidade de Licitação para Contratação de SHOW ARTÍSTICO (DUPLA CÉSAR MENOTTI E FABIANO) DE ATRAÇÃO CONHECIDA NACIONALMENTE, CONSAGRADA PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA E PELA OPINIÃO PÚBLICA PARA O ANIVERSÁRIO DE PATOS DE MINAS NO DIA 26 DE MAIO NA ARENA DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES, com base no artigo 74, inciso I da Lei 14.133/2021, com o valor total de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais). Patos de Minas, 27 de Março de 2024. Ana Paula Lara de Vasconcelos Ramos. Secretária Municipal de Administração.

Secretaria Municipal de Governo

Expediente

Termo de Fomento 07/2024, Organização da Sociedade Civil: Moçambique Rosário De Maria. Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FUMPAC e também recurso ordinário (contribuição), visando valorização, salvaguarda e promoção da manifestação cultural da instituição, Valor do repasse: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), Vigência: 27/03/2024 a 31/12/2024. Patos de Minas, 27 de março de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento 08/2024, Organização da Sociedade Civil: Associação Moçambique Filhos De Maria Patos De Minas. Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural - FUMPAC e também recurso ordinário (contribuição), visando garantir a proteção e promoção da cultura e sensibilização das pessoas ao reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de Patos de Minas, Valor do repasse: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), Vigência: 27/03/2024 a 31/12/2024. Patos de Minas, 27 de março de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

Termo de Fomento 10/2024, Organização da Sociedade Civil: Associação De Proteção Animal E Ambiental De Patos De Minas - ASPAA. Objeto: Decorrente de inexigibilidade de Chamamento Público, tem por objeto o repasse de recursos financeiros (Subvenções Sociais) para cobrir despesas com o Projeto CAP – Castração de Animais em Patos de Minas, Valor do repasse: R\$ 202.000,00 (duzentos e dois mil reais), Vigência: 26/03/2024 a 31/12/2024. Patos de Minas, 27 de março de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

2º Aditivo ao Termo de Fomento 45/2023, Organização da Sociedade Civil: Conselho de Segurança Pública de Patos de Minas. Objeto: Tem por objeto o acréscimo de R\$99.763,41 (noventa e nove mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e um centavos), representando 129,60% sobre o valor total do Termo de Fomento original e alteração do plano de trabalho, Assinatura: 27/03/2024. Patos de Minas, 27 de março de 2024. Luis Eduardo Falcão Ferreira, Prefeito Municipal.

CONTEÚDO

O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade de seus emissores: Órgãos Públicos, Entidades e, demais interessados. Qualquer dúvida ou solicitação de errata deverá ser encaminhada diretamente ao órgão emissor. Para informações sobre como contatar o órgão emissor, telefone: (034) 3822-9680 – Diretoria de Comunicação Social.

DIÁRIO OFICIAL DE PATOS DE MINAS

Endereço: Rua Doutor José Olympio de Mello, 151 – Bairro Eldorado – Patos de Minas/MG.
Telefone: (34) 3822-9680.

LUÍS EDUARDO FALCÃO FERREIRA

Prefeito Municipal

CAROLINA FILARDI TAFURI
MÁRCIA CHRISTINA DE S. O. CAIXETA
Diagramação

Órgão Oficial do Município de Patos de Minas, criado pela Lei n.º 7.687 de 28 de novembro de 2018 e regulamentado pelo Decreto Municipal n.º 4.703, de 03 de outubro de 2019.

